Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.310.500 - SP (2012/0055442-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : JOSÉ MAURÍCIO PEREIRA
ADVOGADO : PAULO LOPES DE ORNELLAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento na alínea a do permissivo constitucional contra acórdão do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo que julgou procedente a representação ministerial para decretar a perda da graduação de praça de JOSÉ MAURÍCIO PEREIRA em virtude de condenação à pena de 2 anos de reclusão pelo crime de corrupção passiva.

Nas razões do recurso, o recorrente sustenta violação ao artigo 125, I, da Lei n. 6.880/1980.

Defende, em síntese, que "para a aplicação da perda da graduação da praça como pena acessória na via administrativa, exige o requisito legal de que a pena criminal exarada pela Justiça Comum seja superior a dois anos" (fls. 167).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 181 a 182). Admitido na origem (fls. 185 a 186), o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do reclamo (fls. 197 a 202).

É o relatório.

O recurso deve ser provido.

Com efeito, o recorrente foi condenado pela prática de crime militar, tendo a pena privativa de liberdade sido fixada em 2 anos de reclusão.

O acórdão de fls. 151/156 decretou a perda da graduação de praça do recorrido por entender que o artigo 102 do Código Penal Militar não seria aplicável aos militares estaduais.

A questão foi muito bem enfrentada pelo Ministério Público Federal no parecer de fls. 197/202, que assim se manifestou:

O art. 125, § 4º, da Constituição Federal estabelece que a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação dos praças somente é possível por determinação do tribunal competente, por meio de procedimento específico.

Destarte, os Tribunais Superiores entenderam, a partir do novo regramento constitucional, que o art. 102, do Código Penal Militar, restou derogado em relação aos praças das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.

Nesse sentido, confira-se a jurisprudência dessa Corte Superior de Justiça:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 243 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. PRAÇA POLICIAL MILITAR. CONDENAÇÃO CRIMINAL. PENA ACESSÓRIA DE PERDA DA GRADUAÇÃO IMPOSTA EM PRIMEIRO GRAU E

CONFIRMADA PELO E. TRIBUNAL A QUO EM SEDE DE RECURSO DE APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 125, § 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OCORRÊNCIA. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL QUE EXIGE PROCESSO ESPECÍFICO. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO PRETÓRIO EXCELSO.

I - "A perda do posto e da patente dos oficiais, bem como da graduação dos praças da corporação militar, somente revela-se possível mediante julgamento específico pelo Tribunal competente, nos termos do art. 125, § 4º, in fine, da Constituição, que derogou o art. 102, do Código Penal Militar, em relação aos policiais e bombeiros militares. Precedentes desta Corte e do STF." (HC 75.494/MS, 6ª Turma, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias - Juiz Convocado do TRF da 1ª Região - DJU de 10/12/2007).

II - "O artigo 125, § 4º, in fine, da Constituição, de eficácia plena e imediata, subordina a perda de graduação dos praças das polícias militares à decisão do Tribunal competente, mediante procedimento específico, não subsistindo, em consequência, em relação aos referidos graduados o artigo 102 do Código Penal Militar, que a impunha como pena acessória da condenação criminal a prisão superior a dois anos. A EC 18/98, ao cuidar exclusivamente da perda do posto e da patente do oficial (CF, art. 142, VII), não revogou o art. 125, § 4º, do texto constitucional originário, regra especial nela atinente à situação das praças." (RE 358.961/MS, Primeira Turma, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJU de 12/03/2004).

Habeas corpus concedido para afastar da condenação a exclusão do paciente da corporação militar, em face da ausência de procedimento específico.

(HC 99943/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2008, DJe 23/06/2008)

Como se lê do julgado acima transcrito, a derrogação do art. 102, do CPM pelo art. 125, § 4º, da CF refere-se, tão somente, à impossibilidade de perda automática da graduação, como pena secundária à condenação superior

à dois anos, conforme antes estabelecia aquele dispositivo. A referida penalidade passou a ser subordinada à decisão de tribunal competente, conforme procedimento específico observado, in casu, pela Corte

Superior Tribunal de Justiça

de Justiça Militar de São Paulo. O requisito relativo à quantidade de pena imposta, que deve ser superior a 02 (dois) anos, permanece em vigor, seja por força do art. 102 do CPM, seja em razão da aplicação subsidiária do art. 125, inciso I, da Lei 6.880/80.

Como no caso dos autos a pena aplicada na sentença condenatória não superou os dois anos de reclusão, a hipótese não permite a perda da graduação de praça, conforme precedente deste STJ:

HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONCUSSÃO. POLICIAL MILITAR. ALEGAÇÃO DE VIOLÊNCIA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. PRAÇA. EXCLUSÃO DA CORPORACÃO MILITAR. PROCEDIMENTO ESPECÍFICO. TRIBUNAL COMPETENTE. ORDEM CONCEDIDA.

1. A perda do posto e da patente dos oficiais, bem como da graduação dos praças da corporação militar, somente revela-se possível mediante julgamento específico pelo Tribunal competente, nos termos do art. 125, § 4º, in fine, da Constituição, que derogou o art. 102, do Código Penal Militar, em relação aos policiais e bombeiros militares. Precedentes desta Corte e do STF.

2. Assim, o militar condenado à pena privativa de liberdade superior a dois anos só perderá o posto e a patente, no caso de oficial, bem como da graduação, caso praça, se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, mediante procedimento específico, o que in casu, não se verificou.

3. Ordem CONCEDIDA, para afastar da condenação a exclusão do Réu da corporação militar, em face da ausência de procedimento específico.

(HC 75494/MS, Rel. MIN. CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), SEXTA TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ 10/12/2007, p. 448)

Diante do exposto, a teor do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil c/c artigo 3º do Código de Processo Penal, dou provimento ao recurso especial para cassar o acórdão recorrido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de abril de 2014.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator